
A REFORMA AGRÁRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Crislaine Leticia Vereta¹

Resumo: O presente trabalho tem como intuito analisar a visibilidade da reforma agrária e a disposição desta no âmbito educacional do campo, em destaque na disciplina de história, segundo levantamento bibliográfico. Dentro dos parâmetros de ensino do campo, este se apresenta com sua especificidade marcada em sua realidade, já que por meio principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se alcançou uma educação específica ao povo do campo, valorizando a sua realidade, a Educação do Campo. Soma-se a isso, para desenvolvimento da pesquisa será utilizado estudos de cunho bibliográfico, com a análise sobre a disposição do assunto reforma agrária tanto em debates educacionais, quanto mais esmiuçado em prol dos livros didáticos de história das escolas do campo ressaltada por demais autores. À vista disso, a presente pesquisa busca contribuir para debates sobre a historicidade da reforma agrária dentro da sala de aula, como também, da luta dos movimentos sociais, em prol da visibilidade e valorização da cultura campesina da posse da terra.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Educação do Campo; Ensino de História; Movimentos Sociais.

REFORMA AGRARIA EM LA ENSEÑANZA DE HISTORIA: EDUCACIÓN DE CAMPO E MOVIMIENTOS SOCIALES.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar la visibilidad de la reforma agraria y su disposición en la disciplina de la historia, específicamente en las escuelas rurales, según un relevamiento bibliográfico. Dentro de los parámetros de la docencia en el campo, ésta se presenta con su especificidad marcada en su realidad, ya que principalmente a través del Movimiento de Campesinos Sin Tierra, se logró una educación específica para la población rural, valorando su realidad, la Educación desde el Campamento. Además de esto, se utilizarán estudios bibliográficos para desarrollar la investigación, así como el análisis de la disposición del tema de la reforma agraria en los libros de texto de historia de las escuelas rurales. Ante esto, esta investigación busca contribuir a los debates sobre la historicidad de la reforma agraria dentro del aula, así como la lucha de los movimientos sociales, a favor de la visibilidad y valorización de la cultura campesina de la tenencia de la tierra.

Palabras clave: Reforma Agraria; Educación Rural; Didáctica de La Historia; Movimientos Sociales.

¹ Mestranda em História pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro). Email: crisleticiavereta@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8499-4396>

1 INTRODUÇÃO

A existência dos movimentos sociais organizados é uma condição complementar fundamental para a afirmação de um cenário de democracia no país, visto serem os elementos dinâmicos que organizam e consolidam uma sociedade civil autônoma e democrática (BERAS, 2013, p. 128).

A história norteia-se no homem e o tempo, a qual não se delinea a algo do passado, e sim o utiliza para a compreensão do presente e vice-versa. O objeto histórico por sua natureza é o homem (BLOCH, 2002). Proceder como se os textos tivessem significados por si só, remetendo ao campo do historiador que o analisa, rebuscar essa historicidade exige que seja tomada como uma produção, de arranjos culturais ou intelectuais, que não dá forma a nenhum objeto, e sim, a um conhecimento racionalizado (CHARTIER, 1988).

A questão da terra no Brasil desdenha-se desde os tempos da chegada pelos portugueses ou ‘invasão’ como é salientada por alguns historiadores, os quais tomaram posse desta, que até então era habitada pelos Índios. Nos relatos históricos, esta vem mencionada frente às capitânicas hereditárias, divididas enquanto Brasil Império, e distribuídas à nobreza, dando forma aos grandes latifúndios que prevalecem até os dias atuais, marcados principalmente pela mão de obra escrava, de indígenas e africanos (ROCHA; CABRAL, 2016).

Diante do supracitado, infelizmente nos relatos históricos da América, prevalece à ocultação pela visão eurocêntrica, o grande marco de poder sobre a terra, que se deu com o olhar de modernidade aos teores eurocêntricos dominativos (OLIVEIRA; CHICO, 2017). Assim, por meio do ato de pesquisar na história busca formar jovens revolucionários, que não se detenham aos relatos contidos nos livros didáticos, que despertem a consciência crítica (THOMPSON, 2001). Como também faz se importante, ter a história como complemento da análise do presente contexto social, “Não precisamos, ainda, enxergar a *gentry*, (descrita como, ‘se não única excepcional’) no Brasil, mas nossa burguesia, tal como a inglesa, tem origem fundiária conhecida” (THOMPSON, 2001, p.48).

O presente estudo se desenvolveu alicerçado em pesquisas desenvolvidas na área da Educação do Campo, o que levou a impulsionar o interesse em analisar a visibilidade da reforma agrária no âmbito educacional e a disposição desta na disciplina de história, segundo levantamento bibliográfico. Soma-se a isso a análise do trabalho em prol da valorização do povo do campo, e do poder sobre a terra.

A reforma agrária identifica-se como uma política pública à população rural que não tem acesso à propriedade da terra (ROCHA; CABRAL, 2016). Partindo do pressuposto histórico nacional de Pós Guerra, em uma busca pelo desenvolvimento industrial, a valorização da terra, passa a ocupar o centro das estratégias. Neste sentido, diversos movimentos se impulsionam no

cenário político, em prol de uma reforma agrária (SULIDADE, 2018). Esta luta pela terra ganhou força nos últimos anos com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), alicerçado principalmente na resistência e luta da classe camponesa, frente ao modelo agrário instaurado no campo pelo sistema capitalista no período militar (TRINDADE; COSTA, 2019).

Outra mudança importante foi à disseminação das relações de produção capitalistas no campo, baseadas na separação completa entre capital e força de trabalho, reduzindo ou mesmo eliminando as antigas relações de produção de caráter não-capitalista e criando um proletariado rural numeroso, submetido ao trabalho assalariado temporário em sua grande maioria (MACIEL, 2014, p.67-68).

Reconstruir a estreita relação entre política e historiografia, concomitantemente o processo de desenvolvimento do sistema capitalista, pelo viés marxista, desencadeia resgatar não apenas os aportes históricos que dispõe a herança de um longo passado de lutas populares, mas o modo como estas lutas contribuíram para as conquistas materiais e culturais do povo (THOMPSON, 2001).

Caldart (2005) discute sobre a origem da Educação do Campo, sendo através dos movimentos sociais, em prol de um ensino que tivesse como alicerce a sua realidade. Faz-se necessário a valorização da especificidade da vida campesina, na qual possa ser compartilhado pelo aluno suas vivências da família e comunidade, indo além das restrições compostas, muitas vezes no livro didático (PEREIRA; CALISTO, 2016). Diante disso, tem-se a Educação do Campo priorizando,

os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (SOUZA, 2008, p. 1090).

À luz disso, frente à prática pedagógica nas escolas do campo, apresenta-se em xeque o livro didático, o qual na maioria das vezes é o determinante da rotina do professor, o qual obtém muitas dificuldades em pensar fora do que está estipulado, e que na maioria das vezes desconsidera a cultura campesina, referendando o currículo urbano (SEGANFREDO *et al.*, 2016). Assim, o olhar segmentário do professor ao panorama universal, destina-se a pensar se a prática do professor são norteadas de atitudes técnicas, ou tem como intuito o contínuo questionamento da própria prática,

A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablá e a prática, ativismo [...]É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao for-mar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem forrar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado (FREIRE, 1996, p.12)

Importante ressaltar, que a educação criada pelo Movimento Camponês é também atingida por interesses contraditórios, a qual enfrenta muitos desafios, alinhados a três principais parâmetros: o ensino na área do campo estar atrelado a aquele praticado na área urbana, educação rural; a relação educação/trabalho, a qual valoriza a prática da educação do campo e sua valorização da realidade camponesa; e, por fim, a Lei da Terra, criada pela ditadura militar em 1964, sancionada como a primeira lei da Reforma Agrária no Brasil, detém-se apenas como registros documentais, que não encontram forças para se efetivar na prática (RIBEIRO, 2015).

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. [...]

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. [...]

§ 2º É dever do Poder Público: a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei; b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo (BRASIL, 1964)

A luta dos movimentos sociais não se alicerça apenas por uma Educação do Campo, mas também, pelo acesso democrático a terra, á justiça em sociedade,

[...] melhores condições de vida no campo e por uma mudança na matriz de produção capitalista agrária por uma matriz mais agroecológica sustentável, que promova a soberania alimentar das populações do campo. Uma produção que valorize a vida e não apenas o capital (TRINDADE; COSTA, 2019, p. 315).

Diante disso, realizar um olhar para o ensino de história alicerçado a reforma agrária, associa-se a narrativa da história, principalmente contida nos livros didáticos, à colonização da América, está norteadas aos privilégios eurocêntricos, silenciando muitas vezes, as culturas indígenas afro-brasileiras, havendo um desmonte da cultura atrasada em substituição pela cultura moderna Européia (OLIVEIRA; CHICO, 2017). O olhar histórico exige uma interpretação do mundo e de si próprio, construindo sentidos a narrativa, a qual requer aprendizado, possibilitando o autoconhecimento, abrindo portas para a liberdade (RUSSEIN, 2007).

Nesta perspectiva focar como se apresenta nos livros didáticos os movimentos sociais em prol da reforma agrária, buscando combater o agronegócio no campo, articula-se a pensar na formação dos sujeitos do campo, sendo por meio da oferta de um ensino que priorize o seu direito a terra, exponha este poder, faz com que se edifique

[...] um projeto educacional e de reforma agrária popular emancipatória que respeite os princípios dos sujeitos coletivos e que faça do campo seu espaço de trabalho e moradia; assim, buscarão mecanismos de superação do eclipse ideológico imposto pelo sistema capitalista agrário (TRINDADE; COSTA, 2019, p. 312).

Pesquisar sobre a reforma agrária nas aulas de história das escolas do campo desencadeia em contribuições as discussões em torno da oferta da educação do campo voltada à realidade do camponês, como também aos principais desafios colocados ao professor, frente aos livros didáticos e sua abordagem da temática, como também ao incentivo de um ensino ao povo do campo voltado a sua realidade, já que, “Levando os educandos a se enxergarem pertencentes de uma estrutura política, econômica e epistemológica criado por interesses de dominação alheios a eles, e que visam subjugar-los” (OLIVEIRA; CHICO, 2017, p. 08), compreendendo que são autores de sua própria história, inseridos em um meio cultural, almejando uma realidade emancipatória.

Segundo Russein (2007), a história não cria sentidos e sim relembra os fatos racionalizados, por meio da pesquisa, tendo como princípio e fim a experiência. A pesquisa detém-se ao cognitivo, sendo que a historiografia emerge ao lado comunicativo, os dois junto permitem um sentido à narrativa (RUSSEIN, 2007).

Por fim, o presente estudo coaduna-se com o olhar para o povo do campo, a educação que o alicerça como também investiga relações de poder no campo, a qual diante do ensino salienta sobre a reforma agrária frente ao poder do latifúndio.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: LUTA DOS CAMPONESES POR SUA REPRESENTATIVIDADE EDUCACIONAL

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses, dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação (FERNANDES, 2002, p. 92).

A busca por qualidade de vida no campo é um dos principais lemas dos movimentos instaurados atualmente, em destaque para o MST, substituindo as práticas do latifúndio e agronegócio, pela ocupação de famílias, mantenedoras de sua manifestação cultural, e trabalho familiar, marcado principalmente pelo uso sustentável dos recursos da natureza “[...] por uma Reforma Agrária completa, que garante acesso às políticas de habitação, cultura, educação, geração de renda, saúde e saneamento básico, entre outros” (SIMÕES, 2017, p. 115).

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se desenvolverá a partir de estudos bibliográficos, sendo estas características por se utilizar de material já elaborado como artigos

científicos e livros, “[...] Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (GIL, 2008, p.50).

Marcada principalmente pela agricultura familiar, esta é uma prática que está cada vez mais em risco frente a efetivação do vigente dominante do agronegócio. Com pouco aporte econômico, o plantio sem o uso de agrotóxicos não se encontra com muita abertura para o mercado, refletindo na insegurança econômica das famílias, e concomitantemente na migração do jovem para a cidade (SILVA, 2017).

Atividades do agronegócio são desenvolvidas em grandes propriedades ou em áreas arrendadas de pequenos proprietários. O território extenso, com a propriedade ou o uso da terra concentrados, gera processos de migração decorrentes da diminuição do trabalho na terra, da baixa renda obtida com a produção familiar e do amplo emprego das tecnologias agrícolas (SOUZA, 2017, p. 337).

Partindo deste pressuposto, importante refletir sobre as representações sociais que alicerçam o jovem campesino, já que influencia no processo de realização pessoal e coletiva, entre elas a escola, formando suas bases identitárias (LOPES, 2010). Contextualizando, a agricultura familiar é representante pela maioria dos alimentos que são produzidos e consumidos pelos brasileiros, visto que o discurso que o agronegócio que sustenta o país por meio da exportação, já que a comida que compõe a mesa do cidadão a maioria provém dos pequenos agricultores desvalorizados.

Segundo dados de pesquisas realizadas em 2014, enunciam a crescente diminuição de indivíduos presentes nas áreas rurais, em que reflete a se pensar na importância do olhar para a educação e o incentivo de preservação destas famílias ainda residentes no campo. O relatar sobre educação do campo no estigma de ensino rural é muito comum, trazer o olhar para o campo exaltando a cidade como fonte de desenvolvimento reflete no jovem o olhar de partida, de buscar uma estabilidade que acredita não ter ali.

A reforma agrária necessita estar vinculada à democratização da Educação, de forma que não se pode democratizar a terra e o capital sem acesso adequado à cultura e à informação, portanto sem acesso a uma educação de qualidade que transforme, emancipe e dê poder às comunidades, para que possam perseguir seus sonhos e traçar seus caminhos (SILVA, 2017, p. 278).

Segundo Lopes (2010) a escola do campo efetiva uma árdua tarefa na formação da juventude rural, já que traça marcas da visão do mundo que o alicerça, é responsável pela constituição de sua identidade cultural e formação humana, e principalmente o sentimento de pertença social. Agregado a isso, encontra-se os livros didáticos, estes que na maioria das vezes tem grande participação nas aulas dos professores do campo, “considerar os efeitos do exercício do poder quando um determinado saber histórico é apresentado nos livros didáticos influenciando a

conduta dos estudantes em relação a si mesmos e em relação aos outros⁵ – no caso, os homens e mulheres pobres, do campo, sem terra para plantar e morar” (COSTA, 2011, p.128).

3 O ENSINO NO CAMPO E A REFORMA AGRÁRIA: UM CONTRAPONTO AO SISTEMA CAPITALISTA

Trabalhar em torno de uma educação que represente o povo do campo, que valorize a agricultura familiar e ao mesmo tempo exacerba a defesa do conceito de distribuição igualitária de terras, faz com que o professor da escola do campo depare-se com alguns desafios, já que o sistema capitalista está cada vez mais crescente, sendo este adentrando a área rural em prol da modernização de implementos para facilitar o trabalho do agricultor, utilização de novos defensivos, sorrateiramente este modelo alcançou tamanha dimensão.

Nas políticas agrícolas introduzidas durante o regime empresarial-militar¹⁶, sob tutela jurídica do Estatuto de 1964, o agronegócio foi priorizado enquanto modelo estratégico de modernização do campo, sendo favorecido pela repressão militar ao movimento camponês. Acompanha-se o desenvolvimento de monoculturas voltadas para agroindústria e a agropecuária como impulsionadora da produtividade e geração de riqueza (SULIDADE, 2018, p. 31)

Logo buscou-se o esvaziamento de uma política agrária em reconhecimento do Estatuto da Terra, em que não houve a possibilidade de análise e críticas, sendo justificados por sua implementação aleatória, com titularidades de reforma agrária concomitantemente a modernização e implementação no campo da agroindústria.

Neste viés, defender a reforma agrária, a repartição da terra aos que não tem, “Mais do que um direito do cidadão. Mais do que uma plataforma de luta. Precisamos atentar para esse programa entendendo o também como um refinado e econômico mecanismo de disciplinamento ou confinamento dos corpos desses que são estranhos ao imperativo do consumo a terra aos indivíduos” (COSTA, 2011, p. 130).

O processo educativo, por meio da pesquisa como princípio geral, a partir do conhecimento histórico requer do educador, não só ir e vir em si mesmo entre Tempos e Espaços da alternância pedagógica, exige uma categoria como eixo central e permanente no processo educativo, a do tempo histórico. A base é a prática pedagógica da pergunta; processo formativo em que o professor problematiza fatos e documentos históricos, para desenvolver capacidade de o aluno pensar criticamente (REIS, 2010, p.327).

Salientar sobre este assunto busca transcender principalmente os tabus colocados frente a marginalização dos movimentos sociais e o lema que defendem, sendo titulados como baderneiros, a busca pela igualdade de terras, fica restrita na redação dos sem terra como miseráveis. Neste viés, faz-se importante na construção histórica dentro da sala de aula, elencar referentes pontuações “[...]”

nas formas de como o ensino de História se apresenta no movimento de construção da memória social do país e construção do conhecimento histórico escolar” (SULIDADE, 2018, p.27).

O trabalho do professor, em específico ao se trabalhar o contexto histórico na escola localizada no campo, deve ser norteada a realidade que o norteia, destinando ao aluno associações em torno do seu mundo, em que

Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de idéias inertes do que um desafiador. O intelectual memorizador, que lê horas a fio, domesticando-se ao texto, temeroso de arriscar-se, fala de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória – não percebe, quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no seu país, na sua cidade, no seu bairro. Repete o lido com precisão mas raramente ensaia algo pessoal. Fala bonito de dialética mas pensa mecanicistamente. Pensa errado. É como se os livros todos a cuja leitura dedica tempo farto nada devessem ter com a realidade de seu mundo. A realidade com que eles têm que ver é a realidade idealizada de uma escola que vai virando cada vez mais um dado aí, desconectado do concreto (FREIRE, 1996, p. 14).

Supramencionado, a abordagem em torno da reforma agrária, reivindicação esta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), exige um posicionamento crítico do discente frente aos recursos pedagógicos encontrados, já que a retratação dos mesmos tem como marcos pés descalços, e roupa estilhaçada pelo tempo, sinônimo de miséria, contrária a representatividade de luta e resistência política por seus direitos (COSTA, 2011). Soma-se a isso, buscar na historicidade a análise dos avanços do sistema capitalista, como se deu a implantação da indústria, comparando a dominação e objetivos da agricultura patronal e da agricultura familiar (MONTEIRO; NUNES, 2010).

Assim a ausência da abordagem sobre a questão agrária fazendo jus a sua significação e objetivos no ensino de História, contribui para a formação de um Brasil urbano, auxiliado no silêncio dos livros didáticos, resultando a hierarquização dos temas históricos, e na incompreensão do aluno tanto sobre a realidade que o cerca, quanto na percepção de si próprio como sujeito histórico (SULIDADE, 2018).

A visão socioambiental, sustentabilidade, recursos utilizados em torno da agricultura familiar, são de suma importância a serem trabalhados e valorizados dentro da sala de aula, no âmbito rural e urbano, compreendo o meio ambiente como detentor de interações de culturas, logo os espaços modificam-se dinamicamente. Diante disso,

Ao referirmos ao Campo e à Educação Ambiental, percebemos que muitas vezes o conteúdos e práticas pedagógicas não estão sendo tratados de forma adequada nas instituições de ensino, em especial nas escolas localizadas no campo. Estas tendem a adaptar seus conteúdos aos das áreas urbanas, onde, de modo geral, o contexto

cultural, as tradições, a construção da identidade dos povos do campo, os modos de produção e de consumo, normalmente, são outros (SILVA, 2017, p. 281).

Rosa e Cusman (2017), defendem que trabalhar em torno da educação Ambiental no campo, deve ir além das práticas redundantes da área urbana, deter-se apenas a poluição, sustentabilidade narrada, não faz relação a realidade presenciada pelo sujeito do campo. Uma educação do campo volta ao ambientalismo, alicerça-se na valorização da cultura e suas especificidades, respeitando seu direito de acesso e qualidade educacional, se reconhecendo como ser pertencente daquele espaço.

O contexto, as concepções urbanas em questão distanciam-se da realidade do aluno do campo, silenciando a valorização da cultura presente, das práticas presentes no contexto que despertam a consciência crítica do discente partindo da análise do seu dia a dia. Propiciar o olhar a aqueles repudiados e marginalizados pela sociedade, dar voz aos silenciados pelo título de perigo, pés descalços e famintos, e redigir um juízo de valor diferente ao que se propaga nos discursos da maioria determinados pela pirâmide social,

Incriminar esses sujeitos é mais uma linha de força da qual se pode valer o dispositivo de racionalização da pobreza. Assim, normalizasse a pobreza. Nessa direção, os livros didáticos somam-se à mídia, que parece atravessar com linhas de força de maior intensidade esse discurso capitalista neoliberal, ao atribuir, de forma muitas vezes reducionista, uma identidade criminosa aos sem-terra (COSTA, 2011, p. 134)

Provocar o debate entre os professores sobre as construções pedagógicas a serem feitas em torno das políticas e diretrizes na agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento socioterritorial, como também a permanências das famílias no campo. Enfatizar estes assuntos com os alunos, associando ao lugar que se vive, com o intuito de despertar autonomia nas decisões de sua realidade, apresenta-se como uma possibilidade de manter o jovem no campo, já que na maioria das vezes não é analisado as possibilidades que a área rural pode oferecer (SILVA, 2017).

Segundo Monteiro e Nunes (2010), o ensino desenvolvido no campo exige um aparato diversificado, visto que, requer competências pessoais, culturais, pedagógicas, políticas, frente a classe que atende, sendo caracterizada por crianças e jovens que iniciam a trabalhar muito cedo, necessitando a educação ter conexão com o contexto. Afirmam ainda que estudar emana muitos sacrifícios por parte do jovem do campo, logo ater-se a inversão de valores atuando em favor do mercado, com um ensino social de qualidade, quebrando os tabus que para viver no campo não necessita de um alto grau de estudo.

À luz do enunciado, a formação continuada é uma porta para melhores práticas pedagógicas no campo, assim a renovação de paradigmas, concepções e métodos, e acima de tudo o olhar crítico para a sua experiência, apresenta-se como uma possibilidade de internalização e ações didáticas em prol do aluno do campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o olhar para o campo e suas possibilidades, o discurso que é emanado, tem-se um panorama distorcido, que atende aos objetivos do capitalismo, de incentivo ao Agronegócio. Ser agricultura familiar, morar no campo, é ser detentor de inúmeras incertezas quanto ao futuro, visto que, a tomada de terras pelos grandes latifundiários está crescendo, e o amanhã para o jovem do campo está cada vez mais reduzido a migrar para a cidade.

Propagandas, discursos reconhecem a agricultura patronal como mantenedora do país, contudo não fomenta que a maioria dos grãos é exportada, e o que contém na mesa do brasileiro, o que lhe é alimentado provém dos pequenos agricultores. Logo, conceitos importantes devem ser ressaltados para que haja a quebra de tabus que adere ao camponês, aos movimentos sociais, em destaque para o MST, como marginalizado, atribuindo a aquele que luta pela distribuição igualitária das terras até então apossadas ilegalmente, como algo errôneo.

Uma das possibilidades a serem trabalhadas pelo viés educacional, a qual exige da escola localizada no campo, uma educação do campo efetuada, partindo desde a formação inicial do professor do campo, até a efetivação na sua prática pedagógica voltada a valorização da cultura do campo. Abordar a educação ambiental de acordo com o que se passa no contexto do aluno, dando ênfase a relação a serem feitas com sua rotina, assim exige um apanhado maior do professor, uma preparação, um olhar crítico frente a sua prática, em busca da oferta de qualidade no ensino do campo.

Além disso, rebuscar na historicidade faz com que toda uma luta em prol de uma educação que represente o camponês tenha um significado concreto, sendo que a história remonta um passado desde a posse das terras pelos colonizadores, o avanço do sistema capitalista, inserção da modernização do campo, fazendo com que o êxodo rural avançasse, e dificultasse cada vez mais a manutenção da agricultura familiar. O ensino de história também traz a questão da Reforma Agrária, uma luta de décadas a qual jamais saiu do papel, sendo esta conceituada de diversas maneiras, criticada pelos detentores de terras, defendida pelos indivíduos dos movimentos sociais, apresenta-se como uma estratégia para uma melhor distribuição de terras, atendendo a demanda da desigualdade presente no campo, garantido o sustento para as famílias rurais, e também permitindo ao jovem traçar planos futuros no local.

REFERÊNCIAS

BERAS, Cesar. Democracia, cidadania e sociedade civil. Curitiba: **Intersaberes**, 2013, 188.p.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. **Digital Source**, Tradução autorizada da edição francesa publicada em 1997 por Armand Colin, Copyright da edição brasileira, 2002, Rio de Janeiro.

- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. **Memória e sociedade**, 1988, p.122, 2ª edição.
- COSTA, Andresa. O ensino de história e as representações dos Sem-Terra nos livros didáticos. **Historia**, Rio Grande, 123-136, 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. *In*: KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo, CALDART, Roseli Salette (Org.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MACIEL, David. Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18, n.32, p.64-78, jan./jun. 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6ª edição, 2008.
- LEI 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Presidência da República. República Federativa do Brasil**.
- LOPES, Wiama de Jesus Freitas. Possibilidades de estruturação curricular das escolas no campo a partir das representações sociais dos jovens do campo. *In*: ROCHA, Maria Isabel Antunes. HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MONTEIRO, Albene Lis; NUNES, Cely do Socorro Costa. Formação continuada de professores de classes multisseriadas do campo: perspectivas, contradições, recuos e continuidades. *In*: ROCHA, Maria Isabel Antunes. HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- OLIVEIRA, Rafael Gonçalves; CHICO, Alana Cristina Teixeira. **Colonialidade do saber: outro olhar sobre a América latina nas aulas de história da educação básica**. Instituto de Estudos Latino Americanos, Jornadas Bolivianas, Ed.XIII, 2019, UFSC.
- PEREIRA, Maria de Fatima Rodrigues; CALISTO, Simeri de Fatima Ribas. Elementos orientadores para a formação continuada de professores das escolas localizadas no campo, no município de Araucária/PR. *In*: SOUZA, Maria Antonia. **Escolas públicas no/do campo: letramento, formação de professores e prática pedagógica**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.
- REIS, Neila da Silva. Ensino de História e alternância: algumas possibilidades. *In*: ROCHA, Maria Isabel Antunes; HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- RIBEIRO, Marlene. Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 41, n. 1, p. 79-100, jan./mar. 2015.
- ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera Cabral. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **Revista Produção Acadêmica**, v. 2, n. 1 (junho, 2016), p. 75-86.
- ROSA, Maria Arlete; KUSMAN, Regiane Aparecida. Desafios da educação ambiental no contexto da educação do campo. *In*: SOUZA, Maria Antonia. GERMINARI, Geysa Dongley (Org.).

Educação do campo: território, escolas, políticas e práticas educacionais. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

RÜSEN, Jörn. **História viva:** teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SIMÕES, Willian. Diversidade camponesa no estado do Paraná: múltiplas territorialidades e permanente condição de conflito. *In:* SOUZA, Maria Antonia; GERMINARI, Geysa Dongley (Org.). **Educação do campo:** território, escolas, políticas e práticas educacionais. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, 359p, 105-122.

SILVA, Maria Cristina Borges. A manutenção da agricultura familiar se sustenta sem a educação dos povos do campo? algumas reflexões. *In:* SOUZA, Maria Antonia; GERMINARI, Geysa Dongley (Org.). **Educação do campo:** território, escolas, políticas e práticas educacionais. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

SOUZA, Maria Antonia. Política educacional em contextos de ampla extensão territorial: indagações necessárias. *In:* SOUZA, Maria Antonia; GERMINARI, Geysa Dongley (Org.). **Educação do campo:** território, escolas, políticas e práticas educacionais. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

SOUZA, Maria Antônia; SEGANFREDO, Katia Aparecida; PIANOVSKI, Regina Bonat; CRUZ, Rosana Aparecida; FONTANA, Maria Iolanda; PEREIRA, Camila Casteliano. Formação de professores das escolas localizadas no campo em municípios da Região Metropolitana de Curitiba. *In:* SOUZA, Maria Antonia. **Escolas públicas no/do campo:** letramento, formação de professores e prática pedagógica. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, n. 105, p. 1089-1111, v. 29, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a08.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2018.

SULIDADE, Mariana. **A luta pela terra em sala de aula: ensino de História no Maranhão contemporâneo e produção do paradidático "Terra Livre"**. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luiz, 2018.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses**. Campinas: Unicamp, 2001.

TRINDADE, Domingos Rodrigues; COSTA, Orlando Santana. Questão agrária, movimentos sociais e educação do campo: conquistas, desafios e retrocessos. **Momento: diálogos em educação**, v. 28, n. 3, p. 299-318, set./dez., 2019.